

Everaldo
16 cop

Redenti

9.3

*Daniel Aarão Reis Filho
Jorge Ferreira
Celeste Zenha
(organizadores)*

O século XX

Volume III

O tempo das dúvidas
Do declínio das utopias às globalizações

2ª edição

DEDALUS - Acervo - FFLCH-HI



21200047982

SBD-FFLCH-USP



244308


CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

Rio de Janeiro
2002

NS: 1360622

909.82
S.446
v.3
2.ed.

COPYRIGHT © 2000 by Daniel Aarão Reis Filho, Jorge Ferreira e Celeste Zenha

CAPA
Evelyn Grumach

PROJETO GRÁFICO
Evelyn Grumach e João de Souza Leite

PREPARAÇÃO DE ORIGINALS
Nerval Mendes Gonçalves

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA
Art Line

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

S452 O século XX / organização, Daniel Aarão Reis Filho, Jorge Ferreira, Celeste
v.3 Zenha. - 2ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
2ª ed. 3v.

Conteúdo: v. 1. O tempo das certezas: da formação do capitalismo à Primeira Grande Guerra - v. 2. O tempo das crises: revoluções, fascismos e guerras - v. 3. O tempo das dúvidas: do declínio das utopias às globalizações. Inclui bibliografia e filmografia ISBN 85-200-0529-2

1. História moderna - Século XX. 2. Civilização moderna - 1950-. I. Reis Filho, Daniel Aarão, 1946-. II. Ferreira, Jorge. III. Zenha, Celeste.

CDD - 909.82
CDU - 93

00-1148

Direitos desta edição adquiridos pela
EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA
um selo da
DISTRIBUIDORA RECORD DE SERVIÇOS DE IMPRENSA S.A.
Rua Argentina 171 - Rio de Janeiro, RJ - 20921-380 - Tel.: 2585-2000

PEDIDOS PELO REEMBOLSO POSTAL
Caixa Postal 23.052, Rio de Janeiro, RJ - 20922-970

Impresso no Brasil
2002

1968: rebeliões e utopias

Marcelo Ridenti

Professor livre-docente do Instituto de Filosofia
e Ciências Humanas da Unicamp

INTRODUÇÃO

As novidades dos movimentos sociais e culturais de 1968 levaram o jornalista Zuenir Ventura a chamá-lo “o ano que não terminou”, pois as bases em que se apóiam as sociedades do presente teriam um forte laço de continuidade com aquele ano de ruptura com o passado. Contudo, assim como nenhum raio cai com céu azul, os eventos marcantes de 1968 foram gestados nas condições históricas precedentes. Em outras palavras, os acontecimentos extraordinários de 1968 devem ser pensados como uma condensação da experiência histórica passada e prenúncio da História futura.

Nos anos imediatamente anteriores a 1968, foram vitoriosas ou estavam ocorrendo inúmeras revoluções de libertação nacional: a revolução cubana de 1959, a independência da Argélia em 1962, e a Guerra do Vietnã. O sucesso dessas revoluções é fundamental para a compreensão das lutas e do ideário contestador de 1968: havia povos subdesenvolvidos que se rebelavam contra as grandes potências, para criar um sonhado mundo novo.

Por outro lado, os revoltosos de 1968 criticavam o modelo soviético de socialismo, tido como burocrático e acomodado à ordem internacional estabelecida pela Guerra Fria, sem interesse em incentivar as transformações sociais, políticas e econômicas necessárias para chegar ao comunismo. Esse modelo só ruiria de vez com a desagregação da União Soviética, em 1991, mas já era contestado em 1968, por exemplo, no interior do Partido Comunista na Tchecoslováquia, cuja Primavera de Praga foi destruída pela intervenção militar soviética. A *revolução cultural proletária*, em curso na China a partir de 1965 — que mais tarde viria a revelar seu lado trágico —, também parecia a setores jovens do mundo todo uma resposta ao burocratismo de inspiração soviética.

Movimentos de protesto e mobilização política surgiram por toda parte em 1968: das manifestações nos Estados Unidos contra a Guerra do Vietnã

à Primavera de Praga; do maio libertário dos estudantes e trabalhadores franceses ao massacre de estudantes no México; da alternativa pacifista dos *hippies*, passando pelo desafio existencial da contracultura, até os grupos de luta armada, espalhados mundo afora.

O comportamento das pessoas também mudava, por exemplo, nas relações entre os sexos (emancipação feminina crescente), no uso de anticoncepcionais e de drogas, na consolidação da televisão como principal meio de comunicação de massas, ocupando lugar cada vez maior no cotidiano das populações etc. Travavam-se lutas radicais de negros, mulheres e outras minorias pelo reconhecimento de seus direitos. Grupos da chamada *nova esquerda* sonhavam com a construção de uma sociedade alternativa, de um *homem novo*, nos termos de Che Guevara, recuperando o jovem Marx. Enfim, os sentimentos e as práticas de rebeldia contra a ordem e de revolução por uma nova ordem fundiam-se criativamente.

GUERRA DO VIETNÃ E SUAS REPERCUSSÕES EM 1968

O ano de 1968 iniciou-se com uma virada no andamento da Guerra do Vietnã, conhecida como *ofensiva do Tet*: a partir de 30 de janeiro, por ocasião dos feriados do Ano Novo lunar (Tet), os comunistas do Vietnã do Norte atacaram maciçamente o Vietnã do Sul e as forças americanas ali sediadas. Os comunistas perderam de 30 a 40 mil homens, sem conseguir manter as posições inicialmente conquistadas, o que fez os analistas em geral abordarem a ofensiva como uma derrota militar. Contudo, pode-se considerá-la como uma vitória política, pois a ousadia da ofensiva e as baixas americanas provocaram impacto no governo e na opinião pública dos Estados Unidos, que até então pareciam estar vencendo a guerra sem maiores dificuldades, depois de três anos de presença ativa na região. Eles estavam lá para impedir a queda do governo capitalista do Vietnã do Sul; acossado pelos guerrilheiros comunistas da Frente Nacional para a Liberação do Vietnã do Sul — chamada pejorativamente pelos americanos de *Vietcong*.

O Vietnã era palco de uma das revoluções de libertação nacional da época, que tanto empolgaram militantes do mundo todo, contagiados também pelo êxito da revolução cubana de 1959 e pela independência da Argélia de 1962, dentre outros exemplos de combates de povos para superar o sub-

desenvolvimento e livrar-se de dominações imperialistas ou ainda colonialistas (caso sobretudo de alguns países da África).

Desde o início dos anos 60, os EUA passaram a mandar conselheiros militares ao Vietnã do Sul; já estavam lá 16.300 soldados em 1963, mas não deveriam entrar em combate, a princípio. O suposto ataque, nunca comprovado, a dois destróieres americanos no Golfo de Tonquim, em agosto de 1964, serviu de pretexto para o envolvimento militar direto dos Estados Unidos na guerra.

O Vietnã dividira-se em dois após a libertação do jugo colonial francês, uma metade comunista, a outra capitalista, no intrincado jogo político da época da Guerra Fria, em que a União Soviética e os Estados Unidos disputavam palmo a palmo a hegemonia política no cenário internacional. Enquanto soviéticos e chineses forneciam armas e apoio logístico aos comunistas, os americanos resolveram intervir diretamente na guerra, enviando tropas. Sucede que eles não esperavam encontrar lá tantas dificuldades: os vietnamitas — apesar de serem um povo pobre, agricultor e subdesenvolvido — têm uma tradição guerreira milenar, que havia sido recentemente provada na luta feroz de independência contra a França (1945-54). Transformou-se num pesadelo o que inicialmente se anunciava como mais um passeio das forças armadas americanas num país estrangeiro, para salvá-lo do império comunista do mal e garantir os valores democráticos da “civilização ocidental”: em 1968, já haviam morrido 14.692 americanos no Vietnã, além de 92.820 feridos.

Até a ofensiva do Tet, a maioria da imprensa e da população dos EUA apoiara a guerra. Essa situação foi mudando com as crescentes baixas nas próprias fileiras, a ousadia guerreira dos vietnamitas e o envolvimento bélico crescente dos EUA. Foi-se tornando inaceitável para seus próprios cidadãos ver todos os dias na televisão os horrores de uma luta em que a mais rica potência mundial despejava toneladas de bombas num dos países mais atrasados do mundo e, mesmo assim, ia perdendo a guerra, com alto custo em vidas de americanos. Derrotados militar e moralmente, eles só voltariam para casa em março de 1973, com o saldo de 57.605 mortos em combate.

O eventos históricos diferenciados de 1968 em todo o mundo estiveram diretamente marcados pelas repercussões da Guerra do Vietnã: do Brasil ao Japão, da Tchecoslováquia ao México, da Itália à Austrália, da França aos Estados Unidos. Essas repercussões ganhavam sentido um pouco diferente, conforme a conjuntura local de cada país ou região em que se espalhavam os protestos contra a guerra, ou ainda de acordo com setores distintos da popu-

lação de cada país. Por exemplo, na América Latina, inclusive no Brasil, repercutia sobretudo em setores da juventude o chamamento de Che Guevara para que se constituíssem no continente novos Vietnãs contra o domínio imperialista dos EUA. A idéia de seguir o exemplo revolucionário vietnamita teve muitos adeptos na Europa e até mesmo nos Estados Unidos; contudo, nesses países, entre os cidadãos que se opunham à guerra, predominavam os argumentos pacifistas e liberais, de respeito aos direitos humanos e de auto-determinação dos povos.

Seria preciso fazer estudos específicos sobre a repercussão particular da Guerra do Vietnã nas lutas de 1968 em cada país. Mas é um fato que em praticamente todos os cantos da Terra levantaram-se ondas de indignação contra a guerra.

Evidentemente, a guerra marcou o ano de 1968 com mais intensidade no país em que ela se deu, o Vietnã, onde cada momento da vida de seus habitantes tinha ligação com as conseqüências e horrores das batalhas. Já para a população do outro contendor, os EUA, a guerra estava fisicamente distante, mas não deixava de impor sua presença ao longo de 1968: nas televisões, nos jornais, nas famílias que enviavam seus filhos para a guerra e por vezes os perdiam, nas vidas dos veteranos que retornavam com traumas e dificuldades de reintegração social, nas canções e outras obras de arte, nos protestos de rua, nos movimentos pacifistas, nos jovens que desertavam ou se recusavam a servir o exército etc.

Se, em movimentos contestadores de outros países, a Guerra do Vietnã foi um dos aspectos presentes, nos EUA ela se constituiu no aspecto central. A ela estiveram ligados eventos marcantes de 1968, como os distúrbios e protestos radicais dos negros e de outras minorias, a campanha política para a Presidência, a revolta dos estudantes e a emergência da contracultura. Nos Estados Unidos, 1968 representou os estertores de movimentos sociais anteriores, como o dos direitos civis, e o esgotamento da visão liberal-social-democrática, herdeira do *New Deal* de Roosevelt. Por outro lado, 1968 anunciou movimentos que se desenvolveriam nos anos seguintes, como os das mulheres, dos homossexuais, do meio ambiente etc.

A partir de meados dos anos 50, florescera nos EUA um importante movimento pelos direitos civis dos negros, que sofriam forte segregação. A liderança negra mais importante nesse período foi a do pastor Martin Luther King, grande orador, pacifista, que teve seu auge político nas grandes manifestações negras de Birmingham, no Alabama, em 1963. Ganhador do Prêmio

Nobel da Paz em 1964, ele foi um dos responsáveis pelas conquistas históricas das leis de 1964-65, que garantem formalmente aos negros os mesmos direitos civis de qualquer cidadão americano. Por exemplo, a nova legislação proibia que escolas não admitissem negros, incentivando a educação pública inter-racial.

Em 1968, contudo, as circunstâncias haviam mudado. Com o surgimento de vários grupos radicais negros — a afirmar o *black power*, o poder negro, contra a sociedade excludente dos brancos — passavam a ser contestadas as propostas de King, de integração racial e de não-violência. No princípio de 1968, King já havia perdido muito de sua influência sobre as novas gerações. Não obstante, em abril, ele foi vítima de um atentado racista que o matou, em Memphis, transformando-o em mártir da causa negra. A reação dos negros diante do assassinato foi variada: da prostração até explosões espontâneas de violência revanchista. Grupos radicais — como os Panteras Negras —, procuraram conter os ânimos populares, temendo que revoltas desorganizadas pudessem dar ao governo o pretexto que esperava para liquidá-los. De fato, conseguiram manter a calma em metrópoles como Nova York, Los Angeles, Cleveland e Detroit. Mas os distúrbios raciais espalharam-se por mais de 150 cidades, como Washington, Seattle e São Francisco, gerando inúmeras mortes, ferimentos e prisões.

Apesar das divergências, tanto os adeptos de King como os do *black power* posicionavam-se contra a Guerra do Vietnã, até porque os negros estavam na linha de frente nos campos de batalha e o belicismo era identificado com os setores brancos mais retrógrados. As posições dos movimentos negros variavam da moderação de King — que em 1965 já se declarara contrário a “uma das guerras mais sem sentido da História” — até o terceiro-mundismo radical (e minoritário) de líderes como Stokely Carmichael, que em 1967 fizera um discurso em Havana pela revolução total, inserindo as reivindicações *afro-americanas* como parte das lutas para “mudar as estruturas imperialistas, capitalistas e racistas dos Estados Unidos”.

Em 1968 também se desenvolveu nos EUA um capítulo importante da busca das mulheres pela igualdade entre os sexos. Elas participaram ativamente da luta contra a Guerra do Vietnã, imposta pela sociedade “fállica e imperialista”. O mesmo ocorreria em seguida com movimentos de homossexuais, *gays* e lésbicas.

No campo da política institucional, os eventos libertários de 1968 — notadamente o combate à Guerra do Vietnã — também tiveram força significa-

tiva. 1968 foi um ano de eleições presidenciais nos EUA. As engrenagens do sistema político tradicional continuavam a funcionar. Até porque, como bem já se observou, o 1968 americano foi mais acapitalista do que anticapitalista. O Partido Republicano, mais conservador, indicou Richard Nixon para concorrer à Presidência. Era o homem forte, que prometia defender o *sonho americano* para agradar à maioria silenciosa, chocada com as ondas de rebelião que invadiam as ruas e com as mudanças de comportamento da juventude e das minorias, especialmente dos negros. Apesar de conservador, Nixon detectava o mal-estar com a Guerra do Vietnã e prometia encontrar uma solução para retirar os EUA do conflito — promessa que, depois de eleito, não cumpriria nesse mandato.

No Partido Democrata, a luta interna pela candidatura à Presidência foi dura, especialmente depois que o desgastado candidato natural do partido, o presidente Lyndon Johnson, desistiu de pleitear a reeleição. Concorriam: o vice-presidente Hubert Humphrey — homem da máquina partidária —, o herdeiro político do presidente John Kennedy, seu irmão Robert Kennedy, na época defensor de uma plataforma de abertura para os direitos sociais e Eugene McCarthy, com um programa próximo do de Kennedy, porém mais explicitamente comprometido com a retirada dos americanos do Vietnã, o que lhe valia maior apoio das bases universitárias. A disputa pela indicação democrata era acirrada, com ligeira vantagem para Kennedy, quando ele foi assassinado num atentado, em Los Angeles, no dia 5 de junho.

O atentado foi um reflexo da política dos EUA, pró-Israel, nos conflitos que agitavam o Oriente Médio, especialmente desde a Guerra dos Seis Dias, que estava completando um ano na data do atentado a Kennedy. Ele foi baleado por um palestino que morava na Califórnia. Robert Kennedy — tão pró-Israel quanto os demais candidatos — era alvo preferencial pelo seu prestígio pessoal e de sua família.

A Convenção do Partido Democrata, realizada em Chicago, no fim de agosto, açou indicando Humphrey candidato, tido como continuador da política já desgastada do presidente Johnson, especialmente em relação à Guerra do Vietnã. O partido saiu dividido da convenção, estreitando demais suas possibilidades de vitória nas eleições, vencidas por Nixon em novembro.

Para agravar a situação dos democratas, nos dias de sua convenção, Chicago foi palco de verdadeira batalha campal entre a polícia e os manifestantes contra a Guerra do Vietnã — compostos por pacifistas do movimento *hippy* e por jovens organizados em agrupamentos de esquerda. Transmitidos

pela televisão, esses conflitos chamaram mais a atenção do público do que a Convenção Democrata (ainda em 1965, cerca de 93% dos lares americanos tinham televisão, e cada americano assistia em média a cinco horas diárias da programação, o que fazia desse veículo o principal meio de comunicação, com repercussões políticas evidentes). A reação da imprensa e da maioria da população foi de indignação com a violência policial, mas também de temor em relação às atitudes dos jovens, vistos como drogados, libertinos e arrua-ceiros que buscavam desestabilizar o sistema político constituído.

O terreno estava aplainado para Nixon. Guardadas as devidas proporções, ele significou para os EUA da época algo parecido com De Gaulle na França: o pulso firme capaz de manter a lei e a ordem contra as ameaças dos movimentos libertários de 1968. Nixon foi apoiado nas urnas pela maioria da população, temerosa de eventuais mudanças, simbolizadas no imaginário do cidadão mediano pela desordem da contracultura.

A Guerra do Vietnã também foi o eixo em torno do qual se articulou o movimento de contracultura, pregando *paz e amor*, convocando o jovem para que “faça amor, não faça guerra”. No campo musical, esse movimento foi especialmente significativo, nas canções de Janis Joplin, Jimi Hendrix, The Mamas and the Papas, Simon & Garfunkel, entre outros, cujos precursores foram Bob Dylan e Joan Baez, que cantavam denúncias ao racismo e à Guerra do Vietnã, em 1968. Bandas inglesas famosas internacionalmente, como os Beatles e os Rolling Stones, também estavam afinadas com a contracultura. Paralelamente, desenvolvia-se a *pop art*, com Andy Warhol, Roy Lichtenstein ou Jasper Johns. Na literatura destacavam-se novos temas, introduzidos por escritores como Norman Mailer e John Updike. Na Broadway entrava em cartaz a peça *Hair*, abordando o cotidiano da juventude e a contestação dos valores tradicionais.

Além da nova música e do parentesco com manifestações em todas as artes, a contracultura caracterizava-se por pregar a liberdade sexual e o uso de drogas — como a maconha e o LSD, cujo uso era considerado uma forma de protesto contra o sistema. O amor livre e as drogas seriam liberadores de potencialidades humanas escondidas sob a couraça imposta aos indivíduos pelo moralismo da chamada *sociedade de consumo*. Aliás, contra os valores dessa sociedade, começaram a se formar comunidades alternativas, com economias de subsistência no campo e um modo de vida inovador, como as do movimento *hippy*.

A contracultura era particularmente difundida nos meios universitários,

caso de Columbia em Nova York e Berkeley na Califórnia. Ficaria famosa a frase “não confie em ninguém com mais de trinta anos” — afinal, a taxa de natalidade crescerá consideravelmente nos EUA, do pós-guerra ao fim dos anos 50 e início dos 60, fenômeno conhecido como *baby boom*, de onde provinham os jovens universitários de 1968.

O movimento estudantil americano foi muito significativo de 1964 a 1970. Diferentemente da França e do Brasil, 1968 não foi o ápice do movimento estudantil nos EUA, apenas um momento significativo das lutas que se articulavam em torno do combate à Guerra no Vietnã e ao serviço militar obrigatório, mobilizando os jovens muito além da minoria mais identificada com a contracultura. Mas eles jamais conseguiram romper o isolamento dos *campi* universitários, tendo sido sempre vistos à distância e com desconfiança pelo restante da população — ao contrário do que ocorreu na França, por exemplo. De modo que é preciso atentar para as especificidades das lutas de jovens e estudantes em cada um dos países em que elas se deram, como será exposto a seguir.

1968 ESTUDANTIL E OPERÁRIO NA FRANÇA

Se é legítimo dizer que houve um movimento social mais destacado no ano de 1968, sem dúvida foi o dos estudantes, que se mobilizaram em todos os cantos do globo, nos países avançados e nos subdesenvolvidos, nos capitalistas e nos comunistas. Os movimentos estudantis tiveram suas especificidades, pois ocorreram em países diferentes, cada um dos quais com sua própria organização social e educacional, passando por diversas conjunturas políticas. Todavia, eles também apresentaram significativos pontos de identidade, na medida em que havia vários aspectos históricos supranacionais, isto é, comuns aos vários Estados onde houve agitação estudantil. Por isso, alguns chegam a falar numa *Internacional Estudantil* espontânea, movimento não organizado politicamente em termos internacionais, mas com inúmeras afinidades entre seus componentes.

Cada um dos movimentos estudantis de 1968 mereceria destaque. Na impossibilidade de tratar de todos eles, vale a pena deter-se um pouco no mais conhecido de 1968: o de maio, na França, que costuma ser tomado como referencial para o estudo da época. Isso não significa que os movimentos

de outros países tenham sido mero reflexo do francês. A própria cronologia de 1968 atesta que movimentos estudantis importantes — como o brasileiro — precederam o maio francês, ainda que posteriormente tenham sofrido sua influência.

Durante a Segunda Guerra Mundial, parte da França foi ocupada pela Alemanha nazista, que também instalou ao sul, em Vichy, um governo francês colaboracionista, liderado por Pétain, que havia sido herói nacional da Primeira Grande Guerra. Com a liberação da França e o fim da guerra, instituiu-se a *Quarta República*, na qual o país foi dirigido por partidos de centro esquerda, que promoveram a modernização da sociedade, acompanhada de direitos sociais e liberdades democráticas, com ajuda financeira do Plano Marshall, bancado pelos EUA, temerosos de possíveis avanços comunistas na Europa. Mas os governos de orientação social-democrata tiveram de conviver com os problemas gerados pelos resquícios coloniais franceses: especialmente a partir de 1954, intensificou-se a luta pela independência da Argélia, que viria a dividir a opinião pública francesa até 1962, quando se efetivou a independência.

A crise gerada pela guerra na Argélia acabou reconduzindo a centro direita ao poder, em junho de 1958, sob o comando do general De Gaulle, líder carismático que comandara a resistência no exterior, durante a Segunda Guerra Mundial, e dirigira o governo provisório, no pós-guerra. A partir de 1958, o poder Executivo ganhou força, no período que se convencionou chamar de *Quinta República*, com a entrada em vigor de nova Constituição, que dava poderes maiores ao presidente, em detrimento do poder Legislativo. De Gaulle, a princípio favorável a manter tropas na Argélia, mudou de rumo e combateu a extrema direita, bem-organizada e colonialista, conseguindo levar a bom termo a crise da Argélia. Ele comandaria a França com pulso firme e sem maiores problemas até 1968.

Os eventos de maio viriam a constituir-se numa surpresa, pois a economia estava estabilizada e predominava certo marasmo político também no pólo mais forte à esquerda, o Partido Comunista Francês (PCF). Chocado pela crise do stalinismo após 1956, e muito burocratizado, ele não se mostrava capaz de ameaçar a ordem estabelecida.

A França mudara e as instituições já não davam conta de representar a sociedade — foi o que se descobriu em maio de 1968, quando o país entrou em ebulição a partir da mobilização estudantil.

Os estudantes tinham tradição de luta, inclusive no período mais recen-

te, quando se posicionaram pela retirada francesa da Argélia, com inúmeras manifestações de rua até 1962. A partir do fim dos anos 50, formaram-se organizações da juventude à esquerda do PCF, que ganhavam força crescente. Em 1968, havia no meio estudantil correntes trotskistas, maoístas e anarquistas. Elas tiveram importância no movimento, mas estiveram longe de dirigi-lo: as manifestações de massas foram autônomas e espontâneas, marcadas pela recusa de qualquer organização nos moldes tradicionais e profundamente críticas do burocratismo, da hierarquia e da cisão que costuma ser gerada na relação entre dirigentes e dirigidos.

Em 22 de março de 1968, os estudantes ocuparam a Universidade de Nanterre, nos arredores de Paris, em protesto contra a prisão de seis estudantes do Comitê Vietnã nacional. Em homenagem a esse dia — que costuma ser caracterizado como o marco inicial do movimento que se estenderia até junho —, formou-se o grupo 22 de Março, crítico dos métodos organizacionais marxistas-leninistas; seu membro mais destacado foi Daniel Cohn-Bendit, estudante de nacionalidade alemã radicado na França, que passou a ser processado. Em maio, a agitação atingiria a tradicional Sorbonne, que acabou sendo ocupada pela polícia, gerando revolta dos estudantes, que foram para as ruas protestar e enfrentar a polícia no Quartier Latin (bairro universitário no coração de Paris). Os eventos geraram prisões e crescentes ondas de protesto estudantil para libertar os colegas.

No dia 10 de maio, cerca de 15 mil manifestantes são impedidos de entrar no Quartier Latin, cujos principais pontos haviam sido fechados pela polícia. Mesmo assim, os estudantes resolvem ocupar o bairro, são atacados pela polícia e acontece verdadeira batalha, de mais de quatro horas. A violência do combate incendeia a França: os estudantes ocupam todas as faculdades; vão se sucedendo passeatas e enfrentamentos com a polícia. O governo cede, libera a Sorbonne e todo o Quartier Latin no dia 13. Imediatamente, os estudantes ocupam a universidade e tratam de levantar barricadas para defendê-la, nos moldes da tradição republicana francesa. Forma-se uma comunidade estudantil no bairro, que promove comícios, debates e festas, sem que se destacassem líderes específicos, num clima de total liberdade, recusa em relação à ordem estabelecida e suas instituições; inclusive os partidos de esquerda consolidados, notadamente o PCF. Está, por sua vez, via no movimento um esquerdismo juvenil estéril.

O movimento de maio inaugurava novo estilo de ação e manifestação, fora de partidos ou sindicatos, recusando qualquer tipo de tutela política,

embora estivessem muito ativos no movimento pequenos grupos de esquerda e, principalmente, a União Nacional dos Estudantes da França (UNEF), o Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESup), entidade dos docentes universitários, entre outros órgãos de estudantes e professores, inclusive secundaristas.

No dia 13 de maio, a situação agravou-se para os partidários da ordem: percebendo o ânimo dos operários de suas bases, a Confederação Geral do Trabalho (CGT), central sindical ligada ao PCF, e a Confederação Francesa Democrática do Trabalho (CFDT), próxima dos socialistas, declararam uma greve de 24 horas em solidariedade aos estudantes e fizeram uma manifestação de centenas de milhares de pessoas. Começaram a suceder-se greves e ocupações espontâneas de fábricas, que logo paralisariam a França.

Os estudantes franceses conseguiram o que queriam: solidariedade e ação conjunta com os trabalhadores, cuja atividade política já não era controlada por qualquer organização. Não obstante, essa solidariedade nas ruas não significou a constituição de um comando organizado operário-estudantil de novo tipo, mesmo porque a insurreição estudantil, espontânea e combativa, não tinha uma proposta de organização política ou sindical — ao contrário, uma característica do maio universitário era a recusa a qualquer organização, apesar dos esforços dos grupos de vanguarda trotskistas e maoístas. Naquele momento, tratava-se mais de negar os valores e a ordem estabelecidos do que de propor qualquer alternativa concreta. Nessa medida, era de esperar que, cedo ou tarde, apesar de abalada, a CGT retomasse sua hegemonia sobre a maioria dos operários de esquerda.

Nos meios operários e estudantis, misturavam-se os propósitos, que variavam desde o desejo de melhorias salariais e trabalhistas dentro da ordem reformada, passando pela contestação radical da sociedade do bem-estar e do consumo, até as propostas revolucionárias anticapitalistas. Bandeiras vermelhas (marxistas) e pretas (anarquistas) espalhavam-se pelas ruas e monumentos; frases libertárias e criativas eram pichadas nos muros; revoltosos ocupavam barricadas em clima de festa e prazer, abraçavam-se e beijavam-se em público; apareciam declarações de apoio às lutas de libertação nacional no Terceiro Mundo, especialmente no Vietnã; o rosto de Che Guevara, assassinado em 1967, ressurgia em bandeiras e cartazes; manifestantes entoavam a Internacional.

Vários artistas aderiam ao movimento, que interrompeu o Festival de Cinema de Cannes e ocupou o tradicional Teatro Odéon. Em 20 de maio, havia

10 milhões de trabalhadores em greve, além de todo o sistema universitário. A França parou de trabalhar: metade do país sonhava com transformações, a outra metade as temia, resguardando-se, intimidada, para dar o troco na primeira oportunidade. O filósofo Jean-Paul Sartre declarava que o movimento estudantil estaria preparando a verdadeira via ao socialismo e à liberdade, que seriam inseparáveis. Sucediavam-se declarações de apoio de expressivos intelectuais de esquerda, na França e no exterior, como Herbert Marcuse, autor de livros afinados com o ideário do movimento, ainda antes de seu surgimento.

Mesmo sem jamais terem obtido controle sobre o conjunto dos revoltosos, floresceram pequenos e variados grupos contestadores: trotskistas, anarquistas, maoístas e outros, como os situacionistas, autores de muitas das frases mais criativas pichadas nos muros de Paris e outras cidades. Os situacionistas eram herdeiros e dissidentes do surrealismo, propunham uma fusão entre a política e a arte, bem como a "revolução integral na vida cotidiana". Em 1957, eles haviam criado uma Internacional Situacionista, que a princípio era mais artística que política, invertendo esses pólos em meados dos anos 60, ao defender a autogestão e a revolução proletária como uma festa, em que a regra é gozar a vida. As idéias de festa de libertação coletiva e de fruição dos prazeres pessoais foi muito marcante na França de 1968.

Situacionistas escreveram alguns dos livros mais significativos e influentes no período, como *A sociedade do espetáculo*, de Guy Debord, e *Tratado de saber-viver para o uso das novas gerações*, de Raoul Vaneigem. Ambos foram publicados em 1967, ano do filme *A chinesa*, de Jean-Luc Godard, que profetizara o maio de 68 e a influência sobre setores da juventude da *revolução cultural*, em curso na China a partir de 1966. Essa influência baseava-se em imagens ideais libertárias, projetadas no exterior pela revolução cultural — imagens que talvez tivessem tênue ligação com seu real significado na pátria de Mao.

A identidade de alguns jovens revoltosos franceses de 1968 com a revolução cultural chinesa dava-se porque viam nela: o combate ao processo de burocratização nos países socialistas; uma política externa de solidariedade com as nações do Terceiro Mundo; a ênfase na ação espontânea das massas no processo de ruptura da divisão entre campo e cidade, trabalho intelectual e trabalho manual; igualitarismo social, em detrimento das forças do mercado; administração popular direta; uso da energia e do entusiasmo da juventude etc.

Nas circunstâncias descritas, a insubordinação e as greves estudantil e

operária levaram a uma crise geral de autoridade na França, propagada aos quatro cantos pela imprensa escrita, pelo rádio e pela televisão, que levavam ao mundo palavras, sons e imagens da contestação. O governo sentia-se politicamente frágil para enfrentar a revolta e temia lançar mão de armas contra o manifestantes, o que poderia levar a uma guerra civil, recurso a que recorreria apenas em último caso. Por outro lado, até mesmo instituições consolidadas de esquerda, como o PCF e a CGT, sentiam questionada sua autoridade sobre os trabalhadores. O presidente De Gaulle mantinha negociações com os comunistas para a ruptura do impasse, que surpreendia e ameaçava os dois lados. Esboçou-se o *acordo de Grenelle* (rua do Ministério do Trabalho), entre governo, patrões e operários, fazendo concessões trabalhistas. Mas o movimento grevista não arrefeceu de imediato.

Em 29 de maio, De Gaulle chegou a sair subitamente de Paris para manter conversações secretas com generais do exército no exterior, particularmente Massu, comandante das forças francesas sediadas na Alemanha Ocidental. Rearticulavam-se os conservadores: os generais garantiram apoio a De Gaulle, se preciso, usando a força para restabelecer a ordem. Em contrapartida, o presidente comprometeu-se a libertar os últimos militares ainda presos, devido a suas ações terroristas na França, contra a independência da Argélia.

De Gaulle retornou decidido a, mais uma vez, colocar ordem na casa francesa: no dia 30 de maio, dissolveu o Parlamento e convocou eleições gerais. Ameaçada pelo desenrolar dos acontecimentos, a maioria silenciosa conservadora abandonava suas tocas, ia às ruas de Paris em apoio ao presidente, fazendo manifestações de centenas de milhares de pessoas. Revertia-se a situação. A própria esquerda institucionalizada, esperançosa de vencer nas urnas, tratava de garantir um desenrolar normal do pleito, preparando o fim da greve. Isso valia tanto para os comunistas, liderados por Georges Marchais, como para os socialistas, capitaneados por François Mitterrand e Mendès-France.

Em seguida, o governo implementaria medidas do acordo de Grenelle e, por outro lado, mandaria a polícia recuperar fábricas, repartições públicas e estabelecimentos escolares ocupados por revoltosos. Encontrou pouca resistência, que se estendeu num ou outro local isolado até o fim de junho. No dia 12, o governo colocou na ilegalidade 11 grupos revolucionários estudantis, proibiu manifestações e prendeu militantes. No dia 23, a direita francesa venceu o primeiro turno das eleições gerais, com 43,65% dos votos para candidatos gaullistas. A vitória foi confirmada no segundo turno, em 30 de

junho: o centro e a direita conseguiram 358 cadeiras no Parlamento, de um total de 485.

Derrotado o movimento de maio, intelectuais e militantes franceses buscaram explicá-lo. Até hoje não há consenso nas interpretações, muitas vezes contraditórias entre si. Por exemplo, alguns pensam que os eventos de maio na França foram um fenômeno essencialmente estudantil e de juventude, a comprovar que a luta de classes já não seria adequada para compreender os movimentos sociais contemporâneos; ao passo que outros entendem que o caráter distintivo do movimento foi a greve geral dos trabalhadores, que lhe deu o conteúdo fundamental de classe. Alguns vêem os movimentos estudantis de 68 como um passo importante para adaptar a Universidade à vida moderna, pois até então ela estaria ultrapassada, em descompasso com as novas necessidades do mercado de trabalho. Outros contestam essa interpretação: os estudantes de 68 não estariam à procura de uma carreira dentro da ordem, mas buscavam contestá-la radicalmente, promovendo uma grande recusa de todos os aspectos da ordem estabelecida. Segundo certos autores, 1968 é um mito em grande parte criado pela mídia; para outros, é o ano fundador de uma forma inovadora de fazer política, que teria aberto um novo período na História. Para uns, maio foi uma revolta individualista, o advento atrasado na França de um consumismo permissivo, que anunciaria o florescimento subsequente da ideologia capitalista, ao combater as noções de proletariado e de nação como sujeitos coletivos. Para outros, significou a abertura de uma brecha no sistema, um vislumbre de que a revolução socialista e libertária seria possível na Europa.

Philippe Bénétou e Jean Touchard chegaram até a construir uma classificação de oito tipos diferentes de interpretações sobre maio de 68 na França — tipos que talvez também possam ser válidos para pensar outros movimentos daquele ano. Maio de 68 seria visto como: 1. complô anticapitalista para subverter a ordem; 2. crise da Universidade, ligada essencialmente à marginalização social dos estudantes; 3. revolta da juventude; 4. crise da civilização, geradora de consumismo numa sociedade tecnificada; 5. conflito de classe de um novo tipo, mais cultural e político do que econômico; 6. conflito de classe de tipo tradicional; 7. crise política, dada a ausência de alternativas viáveis; 8. encadeamento de circunstâncias. Keith Reader aumentou essa tipologia: 9. exercício de modernização social, prefigurando o ressurgimento do individualismo nos anos 70 e 80; 10. oportunidade revolucionária perdida ou traída; 11. interpretações culturais.

A despeito de todas essas interpretações, está longe de fechar-se o leque

de hipóteses para compreender o fenômeno. Isso talvez seja indicativo de que maio de 1968 na França e o conjunto mundial dos movimentos daquele ano ainda estão carregados de atualidade.

1968 NO BRASIL

No Brasil, acima da influência dos fatores internacionais e da identidade com movimentos contestadores de outros países, 1968 teve especificidades locais determinantes. O movimento estudantil daquele ano, por exemplo, nasceu de uma dinâmica de luta própria, anterior a maio de 1968.

Em 31 de março de 1964, um golpe militar interrompera o processo de democratização política e social, marcado pela mobilização popular em busca das *reformas de base*, que permitiriam melhor distribuição da riqueza e de direitos. O golpe deu fim às crescentes reivindicações de trabalhadores urbanos e rurais, estudantes, intelectuais e militares de baixa patente, cuja politização ameaçava a ordem estabelecida.

A falta de resistência ao golpe gerou surpresa e foi atribuída por muitos aos erros dos dirigentes dos partidos de esquerda, que não se prepararam para resistir, notadamente o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Formara-se uma corrente de opinião favorável à criação de uma vanguarda realmente revolucionária, para opor uma resistência armada à ditadura e avançar em direção à superação do capitalismo.

Em outubro de 1965, o regime extinguiu os partidos constituídos. Impôs normas que levariam à existência legal de apenas dois partidos: a situacionista Aliança Renovadora Nacional (Arena) e a oposição moderada do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que viria a ser calada com cassações de políticos e outros mecanismos, sempre que se excedesse aos olhos dos governantes.

Fora do campo institucional, vários grupos procuravam combater a ditadura e organizar os movimentos populares: além do PCB, a Ação Popular (AP), o Partido Comunista do Brasil (PC do B), a Política Operária (Polop) e dezenas de pequenos grupos que comporiam a “nova esquerda revolucionária” — caso da Ação Libertadora Nacional (ALN) e da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Dada a repressão que praticamente dizimou os setores combativos do sindicalismo e de outros movimentos populares, a princi-

pal fonte de recrutamento de militantes estava no meio estudantil, berço do único movimento de massas que se rearticulou nacionalmente nos primeiros anos do pós-64, lançando-se em significativos protestos de rua em 1968.

1968 iniciou no Brasil com manifestações de estudantes. Por um lado, eles reivindicavam ensino público e gratuito para todos, uma reforma que democratizasse o ensino superior e melhorasse sua qualidade, com maior participação estudantil nas decisões, mais verbas para pesquisa — voltada para resolver os problemas econômicos e sociais do Brasil. Por outro lado, os estudantes contestavam a ditadura e o cerceamento às liberdades democráticas. Naquela época, a maioria dos universitários estudava em escolas públicas e o acesso ao ensino superior era bem mais restrito que nos dias de hoje, havendo uma demanda muito maior que a oferta de vagas.

As manifestações estudantis de rua vinham acontecendo desde 1966, com repressão policial, mas foi em 1968 que amadureceu a rebelião estudantil. No início do ano, mobilizaram-se por mais vagas os *excedentes* (estudantes que obtinham média nos vestibulares, mas não entravam na Universidade porque o número de aprovados excedia o número de vagas disponíveis); enquanto os frequentadores de um restaurante estudantil carioca, conhecido como Calabouço, pleiteavam sua ampliação e melhoria. Essas reivindicações específicas associavam-se à luta mais geral contra a política educacional e contra a própria ditadura.

O primeiro grande conflito de rua de 1968 surgiu em torno do restaurante Calabouço, que foi invadido a tiros pela polícia em 28 de março. Resultado: vários feridos e um morto, o secundarista Edson Luís de Lima Souto. O corpo foi levado para a Assembléia Legislativa. Compareceram ao enterro milhares de pessoas, enquanto no resto do país houve passeatas de protesto. Numa delas, em Goiânia, a repressão policial matou mais um estudante.

Em abril e maio, ocorreram novas manifestações públicas, mas os estudantes em geral recolheram-se no interior das faculdades, para refazer forças. Enquanto isso, nos sindicatos de trabalhadores, esboçavam-se movimentos de contestação, dos mais moderados aos mais radicais. Em abril, estes últimos lideraram uma greve em Contagem, cidade industrial próxima a Belo Horizonte: abalado pelo surgimento inesperado do movimento operário, o governo fez concessões. Já os setores mais moderados constituíram o Movimento Intersindical Antiarrocho (MIA), logo abortado. A entidade chegou a convidar o governador de São Paulo, Abreu Sodré, para o comício de 1º de Maio na Praça da Sé. Esperançoso de conseguir algum respaldo popular para seu projeto de vir a tornar-se presidente da República, indicado pelo regime, Sodré

compareceu ao ato. Arrependeu-se: grupos operários de Osasco e do ABC, estudantes e militantes da *nova esquerda* resolveram expulsar do palanque o governador e os dirigentes sindicais considerados pelegos, que tiveram de refugiar-se na Catedral. Depois de queimar o palanque, a pequena multidão de revoltosos saiu em passeata, gritando: "Só a luta armada derruba a ditadura."

Em junho, o movimento estudantil ganharia novamente as ruas, atingindo seu ápice em todo o país. Ocorriam greves, ocupações de faculdades, passeatas etc. Os estudantes exploravam as divergências na cúpula do regime, indecisa entre a abertura e o fechamento político nacional. O palco principal era o Rio de Janeiro, onde os estudantes conseguiam adesão popular a suas manifestações: no dia 19 de junho, mais de cem pessoas foram presas após sete horas de enfrentamento nas ruas; no dia 21, as cenas repetiram-se, ainda mais agravadas, com quatro mortos, dezenas de feridos e centenas de presos durante a *sexta-feira sangrenta*. No dia 22, ocorreu a primeira de uma série de ocupações de escolas pelo país a fora, na tradicional Faculdade de Direito de São Paulo, logo seguida pela Faculdade de Filosofia. Sucediavam-se protestos, manifestações, ocupações e passeatas também em Belo Horizonte, Curitiba, Brasília, Salvador, Recife, Fortaleza, Porto Alegre, João Pessoa, Florianópolis, Natal, Belém, Vitória, São Luís e outros centros universitários.

No dia 26 de junho, teve lugar a Passeata dos Cem Mil, em que estudantes, intelectuais, artistas, religiosos e populares tomaram as ruas do Rio de Janeiro para protestar contra a repressão policial às manifestações e contra a ditadura. Dada a pressão da opinião pública, o governo não reprimiu a passeata, na qual foi escolhida uma comissão ampla para iniciar um diálogo com o governo, que não prosperou. O movimento estudantil entrava num impasse: as autoridades não faziam concessões e intensificavam a repressão. Paralelamente, uma organização paramilitar de extrema direita, o Comando de Caça aos Comunistas (CCC), composto por estudantes e policiais, realizava uma série de atentados terroristas.

Em julho, operários fizeram uma greve em Osasco, cidade da Grande São Paulo. Na época, Osasco foi chamada "a Meca das esquerdas", devido à atração exercida pela combatividade do Sindicato dos Metalúrgicos — em contraste com a mobilização operária escassa em quase todo o país. José Ibrahim, presidente do Sindicato, e os principais líderes do movimento eram também estudantes, muito influenciados pelo exemplo da revolução cubana. Decidido a não fazer mais concessões, o governo reprimiu duramente a greve. A maioria de seus líderes caiu na clandestinidade; os que ainda não eram militantes de organizações de esquerda passaram a sê-lo.

Em 3 de agosto de 1968, foi preso o principal líder estudantil carioca, Vladimir Palmeira. No dia 29, a Universidade de Brasília foi violentamente invadida pela polícia. O número de passeatas e de participantes ia diminuindo drasticamente. Em 3 de outubro, morreu um estudante na Faculdade de Filosofia da USP, em ataque de estudantes de direita abrigados na Universidade Mackenzie, na rua Maria Antônia, em São Paulo. Nos dias seguintes, houve passeatas e choques com a polícia. Esta, no dia 15 de outubro, desmantelou o Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), em Ibiúna, prendendo todos os presentes, cerca de 700 universitários. Era o fim do movimento estudantil de 1968. Muitos de seus integrantes passariam a concentrar suas atividades na militância política clandestina contra a ditadura, em organizações de esquerda — algumas delas já começavam a fazer uma ou outra ação armada em 1968.

A contestação radical à ordem estabelecida difundia-se socialmente na música popular, na literatura, no teatro, no cinema e nas artes plásticas. Romances como *Quarup*, de Antonio Callado; filmes como *Terra em transe*, de Glauber Rocha, e *Os fuzis*, de Ruy Guerra, entre outros do Cinema Novo; peças encenadas no Teatro de Arena e no Oficina; canções como *Pra não dizer que não falei das flores (Caminhando)*, de Geraldo Vandré, *Procissão*, de Gilberto Gil, *Soy loco por ti, América*, de Capinam e Gil, e outras de compositores como Sérgio Ricardo, Chico Buarque, Edu Lobo, Milton Nascimento e seus parceiros; as exposições de artes plásticas, caso da *Nova Objetividade Brasileira*, no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro; enfim, inúmeras manifestações culturais diferenciadas, entre 1964 e 1968, cantavam em verso e prosa a esperada *revolução brasileira* — com base principalmente na ação das massas populares, em cujas lutas a intelectualidade de esquerda estaria organicamente engajada.

Em 1968, os setores artísticos críticos da ordem estabelecida estavam divididos, *grosso modo*, em dois grandes campos: o dos nacionalistas e o dos vanguardistas. Os primeiros procuravam usar uma linguagem autenticamente brasileira, na luta pela afirmação de uma identidade nacional-popular que seria, no limite, socialista. Já os vanguardistas — capitaneados pelo movimento tropicalista de Caetano Veloso e Gilberto Gil — criticavam o nacional-popular, buscando sintonizar-se com as vanguardas européia e americana, particularmente com a contracultura, incorporando-as criativamente à cultura brasileira. Apesar das divergências e das rivalidades entre eles, os artistas engajados nos dois campos viriam a sofrer perseguições, censura a suas obras e até mesmo prisão e exílio.

O ano de 1968 encerrou-se no Brasil sob o signo da repressão: em 13 de dezembro, o regime civil-militar baixara o Ato Institucional número 5 (AI-5), conhecido como “o golpe dentro do golpe”. Com ele, os setores militares mais direitistas oficializaram o terrorismo de Estado, que passaria a deixar de lado quaisquer pruridos liberais, até meados dos anos 70. Agravava-se o caráter ditatorial do governo, que colocou em recesso o Congresso Nacional e as Assembléias Legislativas estaduais, passando a ter plenos poderes para: cassar mandatos eletivos, suspender direitos políticos dos cidadãos, demitir ou aposentar juízes e outros funcionários públicos, suspender o *habeas corpus* em crimes contra a segurança nacional, legislar por decreto, julgar crimes políticos em tribunais militares, entre outras medidas autoritárias. Paralelamente, nos porões do regime, generalizava-se o uso da tortura, do assassinato e de outros desmandos. Tudo em nome da *segurança nacional*, tida como indispensável para o *desenvolvimento* do posteriormente denominado *milagre brasileiro* na economia.

Com o AI-5, foram presos, cassados, torturados, mortos ou forçados ao exílio inúmeros estudantes, intelectuais, políticos e outros opositores. O regime instituiu rígida censura a todos os meios de comunicação e manifestações artísticas, colocando um fim à agitação política e cultural do período. Não seria tolerada qualquer oposição ao governo. O *ano rebelde* de 1968 seria sucedido por *anos de chumbo*.

OUTROS 1968s

1968 foi um ano de agitação e protesto em países do mundo todo: México, Itália, Alemanha, Japão, Egito, Senegal, Suécia, Bélgica, Holanda, Inglaterra etc. Para dedicar algumas palavras a mais à América Latina, vale destacar o movimento estudantil do México.

De 26 de julho a 2 de outubro de 1968, o México viveria dias de protestos, passeatas, repressão e luto nas ruas, tomadas por estudantes e professores. Eles desafiavam o poder do Partido Revolucionário Institucionalizado (PRI), condutor de um sistema político autoritário, fechado e corrupto, vigente há décadas. Setores das classes médias opositoras do regime conseguiam conviver com ele, em parte, pela autonomia concedida pelo governo à maior universidade do país — a Universidade Autônoma do México (Unam), escola pública, respeitada como intocável *templo do saber*. Essa autonomia

foi ameaçada quando a polícia ocupou a Unam, no dia 18 de setembro de 1968, em resposta a protestos e a uma greve. Encabeçados pelo reitor, professores, funcionários e estudantes saíram em defesa da universidade.

A partir daí, ocorreu nova série de atos públicos duramente reprimidos, que deixaram vários mortos e feridos. O mais trágico deles foi o de 2 de outubro. Às vésperas dos Jogos Olímpicos do México, sequioso por garantir a lei e a ordem para o evento, o governo — articulado com a Central de Inteligência Americana (CIA) — mandou a polícia abrir fogo contra os manifestantes na Praça das Três Culturas, Tlatelolco. No massacre, morreram centenas de pessoas, cerca de 1,5 mil foram presas, outras tiveram de se esconder. Com isso, o governo logrou desarticular o movimento universitário.

No âmbito da América Latina, também é essencial observar que 1968 foi um ano importante para a mudança de postura de setores significativos de uma das instituições mais importantes: a Igreja Católica. Em agosto, foi realizada em Medellín, na Colômbia, a Conferência Episcopal Latino-Americana (Celam), na qual se esboçaram a opção preferencial pelos pobres e a defesa dos direitos humanos, constantemente violados pelas ditaduras que dominavam a região.

Não foi, contudo, apenas nos países capitalistas que tiveram lugar as manifestações de 1968. Também em sociedades ditas socialistas — como Polônia, Iugoslávia e Tchecoslováquia — estudantes e outros setores sociais ganharam as ruas para expressar sua insatisfação com regimes burocratizados e autoritários, com raízes stalinistas, muito distantes das promessas libertárias da tradição de pensamento marxista, inclusive da experiência dos primórdios da revolução soviética.

Um dos eventos mais significativos de 1968 foi a Primavera de Praga. Em janeiro, o reformador Alexander Dubcek foi escolhido primeiro-secretário do Partido Comunista (PC), o cargo mais alto na direção do país. Iniciava-se a breve experiência que eles chamaram de socialismo democrático, ou “socialismo de face humana”. O planejamento econômico ficava a cargo de Ota Sik, que inovava, ao flexibilizar o controle econômico estatal centralizado. De janeiro a agosto de 1968, a Tchecoslováquia conheceu extraordinário florescimento cultural e político. Abriu-se espaço para a discussão política ampla, houve descentralização das decisões, criaram-se conselhos de trabalhadores, a história recente do país era debatida e as artes ganharam impulso.

O estopim do processo que conduziu à Primavera de Praga foi a posição assumida, em julho de 1967, por alguns autores presentes ao 4º Congresso da União dos Escritores Tchecoslovacos, que reivindicavam o fim da censu-

ra, novas relações entre política e cultura, entre os cidadãos e o Estado. A insatisfação nos meios intelectualizados foi-se avolumando, inclusive na direção do PC, que afastou o até então todo-poderoso Novotny. A luta contra as velhas estruturas ganhou a adesão sobretudo dos jovens, afinados com a onda juvenil libertária internacional.

Sentindo-se ameaçadas pelos ventos liberalizantes, as burocracias no poder nos demais países do Leste europeu trataram de reprimir o mau exemplo: em 20 de agosto de 1968, tropas do Pacto de Varsóvia — lideradas pelas forças armadas da União Soviética — invadiram a Tchecoslováquia para recolocar no poder gente de sua confiança. Houve protestos e escaramuças que deixaram cerca de 30 mortos e centenas de feridos ao longo da ocupação de um mês. Contudo, predominou a resistência passiva, estampada, por exemplo, em frases criativas pichadas nos muros de Praga, com espírito irônico próximo daquele de maio de 68 em Paris: “circo russo na cidade: não alimentem os animais”; “Ivan, pense na tensão sexual de Lena”; “grande exposição de armas soviéticas na praça Venceslau: entrada franca, saída difícil”.

O exército tchecoslovaco ficou nos quartéis, devidamente instruído por generais locais, inimigos das reformas. A população saiu às ruas para protestar, houve uma greve geral, o PC realizou um congresso clandestino, mas os invasores mantiveram o controle da situação. Após instalar no comando do PC homens de sua confiança, os invasores deixaram o país; então, caberia à política política da própria Tchecoslováquia fazer o trabalho sujo da repressão. Talvez tenha sido a última oportunidade perdida para reformar o *socialismo real*: os documentos da época atestam que a ideologia do movimento tchecoslovaco era de avanço socialista, não de retorno ao capitalismo. O *socialismo real* no Leste europeu, apodrecido em suas estruturas internas, viria a ruir como um castelo de cartas, mais de vinte anos depois, em outra conjuntura internacional, dando lugar ao retorno do capitalismo, cujos novos capitães de empresa seriam os mafiosos que operavam no câmbio negro durante o socialismo e os próprios burocratas que tanto haviam defendido o comunismo...

CONCLUSÃO

Em 1968, o mundo já seria uma *aldeia global*, na expressão célebre da época, do sociólogo canadense Marshall McLuhan, que anunciava o fim da era da imprensa escrita e sua substituição pela era da comunicação audiovisual ime-

diata em todo o mundo. A rápida difusão das notícias pela aldeia global pode ser considerada um dos aspectos para compreender a generalização internacional de eventos como os protestos estudantis de Paris ou a Guerra do Vietnã. A influência da televisão na França, no Brasil e em outros países, seria maior nos anos 70, mas já era considerável no fim da década de 1960. Nos EUA, ela já era enorme em 1968.

Contudo, se os meios de comunicação de massa tiveram um papel considerável para informar os agentes sociais das agitações que se iam sucedendo em todas as partes do mundo, isso não significa que os protestos se espalharão como reflexo do fenômeno da televisão, ou como mera imitação, mas porque estavam dadas as condições para que as notícias recebidas tivessem repercussão e as informações incorporadas colaborassem na construção de novas ações criativas, política e culturalmente.

Algumas condições materiais eram compartilhadas pelas diversas sociedades em que houve o florescimento cultural e político de 1968 — além das especificidades locais. Essas condições eram mais significativas nos países centrais, mas importantes também em países em desenvolvimento, como o México e o Brasil: crescente urbanização, consolidação de modos de vida e cultura das metrópoles, aumento quantitativo das classes médias, acesso crescente ao ensino superior, peso dos jovens na composição etária da população, incapacidade do poder constituído para representar sociedades que se renovavam, avanço tecnológico (por vezes ao alcance das pessoas comuns, que passaram a ter cada vez mais acesso, por exemplo, a eletrodomésticos, notadamente aparelhos de televisão, além de outros bens, como a pílula anticoncepcional — o que possibilitaria mudanças consideráveis de comportamento) etc. Essas condições materiais não explicam por si só as ondas de rebeldia e revolução, apenas abriam possibilidades para que frutificassem ações políticas e culturais inovadoras, buscando colocar a imaginação no poder.

Foram características dos movimentos libertários de 1968 no mundo todo: inserção numa conjuntura internacional de prosperidade econômica; crise no sistema escolar; ascensão da ética da revolta e da revolução; busca do alargamento dos sistemas de participação política, cada vez mais desacreditados; simpatia pelas propostas revolucionárias alternativas ao marxismo soviético; recusa de guerras coloniais ou imperialistas; negação da sociedade de consumo; aproximação entre arte e política; uso de recursos de desobediência civil; ânsia de libertação pessoal das estruturas do sistema (capitalista ou comunista); mudanças comportamentais; vinculação estreita entre

lutas sociais amplas e interesses imediatos das pessoas; aparecimento de aspectos precursores do pacifismo, da ecologia, da antipsiquiatria, do feminismo, de movimentos de homossexuais, de minorias étnicas e outros que viriam a desenvolver-se nos anos seguintes.

Já se disse, com propriedade: o ano de 1968 não deve ser mitificado, mas sua importância não pode tampouco ser minimizada. As contestações de 1968 marcaram a História contemporânea. A profundidade e a extensão dessas marcas são até hoje objeto de muita discussão. Talvez o fascínio de 1968 venha de sua ambigüidade na promessa de construir formas de futuro renovadas, quer de um novo tipo de capitalismo, quer de socialismo. No entanto, o peso do passado viria a provar-se muito maior do que os militantes de 1968 supunham — tão grande que muitos militantes da época viriam a passar para o campo conservador vitorioso, chegando até mesmo a ocupar cargos como os de primeiros-ministros e presidentes da República de governos que adotam medidas neoliberais em todo o mundo de hoje. Em que medida as promessas libertárias de 1968 foram, não foram, estão sendo ou ainda poderão ser cumpridas? As interrogações sobre 1968 permanecem em aberto.

FRASES PICHADAS NOS MUROS FRANCESES EM MAIO DE 1968

“É proibido proibir”; “a imaginação no poder”; “sejamos realistas, peçamos o impossível”; “a mercadoria, nós a queimaremos”; “a barricada fecha a rua mas abre o caminho”; “a palavra é um coquetel molotov”; “a humanidade nunca será feliz até o último capitalista ser enforcado nas tripas do último burocrata”; “o homem [...] é violento quando oprimido, doce quando é livre”; “nosso modernismo não passa de uma modernização da polícia”; “limpeza = repressão”; “as fronteiras que se danem”; “corra, camarada, o velho mundo está atrás de você”; “a felicidade é uma idéia nova na Escola de Ciência Política”; “não mude de emprego, mude o emprego de sua vida”; “você está sendo intoxicado: rádio, televisão, jornal, mentira”; “estamos tranquilos: 2 + 2 não são mais 4”; “a liberdade do outro amplia a minha ao infinito” (frase original do anarquista clássico, Bakunin); “abrir as portas dos asilos, das prisões e outros liceus”; “acho que meus desejos são realidade porque acredito na realidade de meus desejos”; “faça amor, não faça guerra”; “inventem novas perversões sexuais”; “aquele que fala de revolução

sem mudar a vida cotidiana tem na boca um cadáver”; “quanto mais eu faço amor, mais eu tenho vontade de fazer a revolução; quanto mais eu faço a revolução, mais eu tenho vontade de fazer amor”; “o sexo da noite sorriu ao olhar unânime da revolução”; “levemos a revolução a sério, mas não nos levemos a sério”; “revolução, eu te amo”; “a morte é necessariamente uma contra-revolução”.

BIBLIOGRAFIA

- Anderson, Perry. 1985. *A crise da crise do marxismo*. 2ª ed. São Paulo, Brasiliense.
- Arns, Paulo E. (pref.). 1985. *Brasil: Nunca Mais*. Petrópolis, Vozes.
- Callado, Carlos. 1997. *Tropicália*. São Paulo, ed. 34.
- Cardoso, Irene. 1988. “Os acontecimentos de 1968 — notas para uma interpretação”, in Santos, M.C.L. dos (org.). *Maria Antônia: uma rua na contramão*. São Paulo, Nobel.
- Debord, Guy. 1997. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro, Contraponto.
- Favaretto, Celso. 1996. *Tropicália alegoria alegria*. 2ª ed. revista. São Paulo, Ateliê Ed.
- Ferry, Luc e Renaut, Alain. 1985. *Pensamento 68*. São Paulo, Ensaio.
- Garcia, Marco Aurélio e Vieira, Maria Alice (org.). 1998. *Rebeldes e contestadores — 1968, Brasil, França, Alemanha*. São Paulo, ed. Fundação Perseu Abramo.
- Goldfelder, Sonia. 1981. *A Primavera de Praga*. São Paulo, Brasiliense. Coleção Tudo É História.
- Gorender, Jacob. 1987. *Combate nas trevas — a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo, Ática.
- Maciel, Luiz Carlos. 1987. *Anos 60*. Porto Alegre, LP&M.
- Martins Filho, João Roberto. 1987. *Movimento estudantil e ditadura militar, 1964-1968*. Campinas, Papirus.
- . 1996. *Rebelião estudantil: 1968 — México, França e Brasil*. Campinas, Mercado das Letras.
- . (org.). 1998. *1968 faz 30 anos*. Campinas, Mercado das Letras; São Carlos, ed. da UFSCar.
- Matos, Olgária. 1981. *Paris 1968 — as barricadas do desejo*. São Paulo: Brasiliense. Coleção Tudo É História.
- Perrone, Fernando. 1988. *'68 relatos de guerra: Praga, São Paulo, Paris*. São Paulo, Busca Vida.
- Reis Filho, Daniel Aarão e Moraes, Pedro de (org.). 1988 — reeditado em 1998. *1968, a paixão de uma utopia*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo.
- Ridenti, Marcelo S. 1993. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo, ed. Unesp/FA-PESP.

- . 2000. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro, Record.
- Valle, Maria Ribeiro do. 1999. *1968: o diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. Campinas, ed. da Unicamp.
- Veloso, Caetano. 1997. *Verdade tropical*. São Paulo, Companhia das Letras.
- Ventura, Zuenir. 1988. *1968, o ano que não terminou*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.